

## **Vila Bela da Santíssima Trindade e os dilemas da patrimonialização da Festa<sup>1</sup>**

Heloisa Afonso Ariano

Departamento de Antropologia - Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** Vila Bela, primeira capital de Mato Grosso, foi abandonada pela elite branca em 1835 quando Cuiabá passou a ocupar aquele posto, ficando entregue ao domínio negro por mais de 100 anos. Sem poder contar com a presença de padres, a vida religiosa, exclusivamente católica, resta aos leigos reunir suas festas em um único período do ano, dando origem ao que chamam de “Festa” de Vila Bela. São quatro celebrações: Divino, São Benedito, Mãe de Deus e Santíssima Trindade, em que se desenrolam diferentes atividades, mas dialogando entre si.

A festa do Divino envolve a Bandeira de esmolação, que confere um caráter público à organização da festa. Tem como festeiros principais um imperador e uma imperatriz. Essa é vista como uma festa tradicionalmente dos brancos, enquanto a de São Benedito está associada aos negros e à exibição do Congo e do Chorado. Evento de forte caráter político, sua organização fica a cargo de festeiros que mobilizam parentes e amigos, assumindo uma feição mais privada. É a celebração da identidade étnica negra. As festas da Mãe de Deus e da Santíssima Trindade ritualizam relações de parentesco: na primeira, os festeiros devem ser cônjuges, na segunda os juizes devem ser pai ou mãe e filhos ou filhas.

Desde que a “Festa” adquiriu visibilidade externa por meio da mídia, no início da década de 80, várias ações têm sido tomadas por seus protagonistas. Dentre elas, a principal, cujos reflexos parecem mais profundos, foi a organização de suas formas expressivas, Congo e Chorado, como grupos constituídos formalmente com estatuto e diretoria. Os testemunhos indicam uma mudança no modo de participação dos membros que tem gerado centralismo nas decisões, conflitos e abandono da participação de várias pessoas.

Em 2001 a cultura local foi alvo de uma primeira experiência de Inventário de Referências, que, no entanto, não veio culminar com o registro da “Festa” como patrimônio. Em 2006, uma nova tentativa, agora conduzida por uma entidade local, mobilizou a coletividade. Após quase dez anos de espera, o resultado desse esforço

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

coletivo gera um profundo descontentamento com alguns modos como a comunidade e suas tradições foram retratadas na publicação pelas coordenadoras do inventário. Esse processo teve como decorrência o rompimento com o IPHAN e a recusa a aceitar sua presença na cidade sem o aval do Ministério Público, novo agente no processo. O IPHAN parece tender a não fazer o registro da “Festaça” por considerar que aprofundaria as cisões entre os grupos locais, ao reforçar a perspectiva e o domínio de um dos grupos.

Estes são alguns apontamentos etnográficos que narram o modo como a relação com a mídia, o turismo e a política patrimonial brasileira tem sido encarada entre os líderes culturais locais de Vila Bela da Santíssima Trindade.

**Palavras Chave:** Mídia, Patrimônio e Turismo

### **Introdução: um sobrevoo na “Festaça”**

A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade realiza anualmente a “Festaça”, um conjunto de festas religiosas centenárias católicas, que se manifestam em um terreno de intrincada rede de relações interétnicas, de cisões territoriais e de agenciamento feminino. O objetivo desse texto é apresentar alguns registros etnográficos que mostram em um primeiro momento como a intervenção das mídias mudou o modo como seus protagonistas se relacionavam com a Festaça, colaborando para sua constituição como bem de interesse patrimonial. Em um segundo momento, o interesse na patrimonialização da “Festaça” enlaçou as lideranças locais em negociações com representantes de órgãos como o IPHAN, a Secretaria Estadual da Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a Prefeitura de Vila Bela para a implementação da Política Nacional do Patrimônio Imaterial e por meio da realização do Inventário Nacional de Referências, obter o registro da “Festaça” no Livro de Celebrações do IPHAN. As controvérsias surgidas nessas interações nos remetem para alguns limites que têm sido apontados na referida política pela literatura do tema.

Vila Bela da Santíssima Trindade é uma pequena cidade do Oeste mato-grossense situada a margem do Rio Guaporé, que dista cerca de 100 quilômetros da fronteira com a Bolívia e a 540 quilômetros de Cuiabá, capital do estado. Sua história, entretanto, é grandiosa. Fundada em 1752 para ser a primeira capital de Mato Grosso, teve seu traçado urbano elaborado em Portugal segundo as concepções mais modernas da época, meados do século XVIII, quando se passou a considerar que o espaço urbano poderia influenciar a civilidade de seus habitantes. Almejava-se para a vila uma

imponência que fizesse frente às pretensões espanholas de ascendência sobre aquele território. O domínio espanhol ficava naquele tempo do outro lado do rio.

As reviravoltas da história, todavia, levaram a vila a um destino inesperado. O tratado de Madri assegurou aos portugueses suas conquistas territoriais. O comércio com a província de Grão-Pará perdeu sua importância, colocando a necessidade da presença ostensiva na região em segundo plano. Vila Bela foi abandonada pela elite administrativa branca em 1835 quando Cuiabá passou a ocupar o posto de capital, ficando entregue ao domínio negro por mais de 100 anos. Sem poder contar sequer com a presença de padres, devido à periculosidade e precariedade das estradas que a ligavam a Cuiabá, a vida religiosa, exclusivamente católica, restou aos leigos, que reuniram suas festas em um único período do ano, dando origem ao que chamam hoje de “Festança” de Vila Bela. São quatro celebrações: Divino, São Benedito, Mãe de Deus e Santíssima Trindade, em que se desenrolam diferentes atividades - rezas cantadas nas casas de festeiros, grandes refeições coletivas, circulação intensa do congo pelas casas dos festeiros, Alvoradas, shows culturais, entre outras. As quatro festas têm em comum a realização das rezas nas casas dos festeiros, atividade cuja participação feminina é majoritária. São elas que organizam e conduzem as rezas. A participação masculina é muito pequena. Há no final intensa distribuição de biscoitos e bolachas “africanas”, bem como de chicha e licores. Todas as festas são marcadas por refeições coletivas gratuitas – almoço e jantar - para as quais toda a cidade é convidada. São recorrentes as atividades que envolvem circulação pelas ruas e visita a casa de festeiros. É o caso da bandeira de esmolação, das Alvoradas, que tem início a meia noite e se desenrolam como uma serenata na casa de festeiros e ex-festeiros, com visita e baile no interior de suas casas. A “escolta” dos festeiros de São Benedito é uma cerimônia festiva que acontece nas ruas e desenha no traçado urbano a rede de relações que os festeiros do santo constituíram para a realização da festa. Todas elas também envolvem algum tipo de prestação alimentar.

Esse evento, como o próprio nome “Festança”, cunhado por seus protagonistas, conduz a concluir, não é um ajuntamento aleatório, mas sim uma narrativa dialógica que coloca no plano simbólico vários níveis de relações entre elas. Uma breve etnografia de seus elementos basilares deve permitir uma contextualização desse festejo que envolveu os agentes.

A festa do Divino envolve uma atividade de esmolação que é feita por duas bandeiras, a rica e a pobre; a primeira associada a imperatriz e ao urbano e a segunda ao imperador e a zona rural, festeiros sorteados individualmente após a missa que culmina

esse evento. Apenas a bandeira pobre circula pela zona rural e sua peregrinação articula o rural e o urbano, além de conferir um caráter coletivo e público à organização da festa. A bandeira rica representa a dádiva, a generosidade do santo e a pobre, sua humildade.

A festa do Divino é vista como tradicionalmente vinculada à elite branca - ainda que hoje tenha perdido esse caráter - enquanto a de São Benedito está associada aos negros, a celebração de sua identidade étnica e à exibição do Congo e do Chorado. Evento de forte caráter político, sua organização fica a cargo de festeiros – rei, rainha, juiz, juíza, ramalhetes - que mobilizam parentes, amigos e outras pessoas que lhes devem favores, entre elas, os grandes pecuaristas de fora do estado que dominam as terras ao redor. A organização assume, portanto, uma feição mais privada. Não é possível saber com certeza quem faz as doações para a festa. Apenas o festeiro é quem aparece como o grande patrocinador. Isso é assim, porque a festa do Divino é o povo quem a promove como manifestação de sua devoção; e a de São Benedito é o santo que a oferece ao povo. O festeiro aparece assim como um representante do santo. Há uma hierarquia na assunção dos cargos como festeiro. Inicia-se como imperador, imperatriz, ramalhete de São Benedito, depois como juiz, juíza do santo negro ou nas outras festas como Mãe de Deus ou Santíssima Trindade e, por fim, quando idoso, pode-se ser rei ou rainha de São Benedito, cargo para o qual não há sorteio, mas um convite cerimonial.

A festa do Congo, como também é conhecida, é a celebração da identidade étnica negra e ponto alto do festejo, pois reúne expressiva participação local e de visitantes. É o momento em que os políticos ilustres, governador, deputados estaduais e federais, vereadores, bispo, prefeitos de cidades vizinhas, participam da missa que recebe o qualificativo de “afro”. Sua principal característica é de ser toda cantada pelo coral da Consciência Negra, um grupo de mulheres, cerca de 30, que vestidas em roupas que fazem referência a África, tanto nos modelos quanto no uso de turbantes, cantam em todas as etapas da missa. As mulheres presentes a celebração também comparecem em trajes muito elegantes com tecidos, cores e estampas que buscam fazer referência a África. Parentes e amigos vêm regularmente para o evento e de seu lugar de origem - Guajará Mirim, Porto Velho, Costa Marques, São Paulo, Brasília, Cuiabá, Cáceres, entre outras - assumem cargos de festeiros. Assim uma rede de relações que extrapola o nível local e consolida um laço de ex-moradores com seu local de nascimento se perpetua continuamente e atravessa gerações.

Embora se possa pensar que essa é uma festa de São Benedito como tantas outras que são celebradas no Brasil, em Vila Bela esse evento assume uma especificidade

inegável. Sua singularidade reside no fato de que é um espetáculo de afirmação de uma territorialidade negra sob uma forma bastante particular: a obsessiva circulação pelas ruas da cidade.

A celebração do santo negro é indissociável da exibição do Congo que se compõe de um exército de 24 soldados, aos quais soma-se o embaixador de guerra do rei de bamba, o secretário de guerra do rei do congo e o príncipe canjinjim. Em Vila Bela as autoridades devem sempre ser escoltadas pelo congo. Por isso, pode-se dizer, que o festejo de São Benedito, assume o formato de uma festa em circulação, pois os festeiros são escoltados pelo congo quando vão para a missa e quando voltam dela, de uma maneira que combina festividade, diversão e cerimonial. Sua marcha também é algo híbrida, misturando um ritmo de marcha militar com passos que lembram samba. Sua composição no desfile pelas ruas obedece uma hierarquia que classifica os festeiros.

O ponto alto da festa é a apresentação do auto do congo, logo após a missa, quando é encenada a disputa entre dois reinos africanos, cujo móvel é a mão da filha do rei do congo, a princesa Ana Maria de Gouveia, personagem que não aparece em cena, apenas é mencionada. Ao final, depois de uma batalha, que o secretário de guerra do rei do congo vence, graças ao *breve*, uma espécie de amuleto que recebe do rei, todos os soldados voltam a vida e são ouvidos em audiência pelo rei em suas reivindicações. Esse é um momento de grande mobilização da plateia, ávida para ouvir as críticas aos políticos que serão feitas pelos soldados, recorrentemente combatidas pelas lideranças locais, sob o argumento de que prejudicam a cidade em seus apoios políticos. Ao fim da apresentação, segue-se nova intensa circulação, escoltando cerimonialmente, festivamente, os festeiros de volta às suas casas. O ritmo dessa circulação é controlado pela rainha de São Benedito, que a seu bel prazer, para, senta em uma cadeira que seus parentes conduzem, sob um guarda sol ricamente decorado e, assim, obriga a todos a se submeter ao seu desejo. O congo, por sua vez, conclama o rei a continuar a marcha com os versos: “Vamos embora senhor rei, senhor juiz mandou chamar”. Apenas no segundo dia de missa da festa do santo negro, até as 15 horas, quando fizeram uma pausa para almoçar, o congo já havia percorrido 28 quilômetros. Essa atividade foi retomada após o almoço e seguiu-se até as 20 horas quando concluiu sua tarefa ao entregar os ramalhetes na porta da igreja. Esse dado fornece uma ideia do volume de circulação festiva que a celebração de São Benedito aciona.

As festas da Mãe de Deus e da Santíssima Trindade acontecem quando a maior parte dos visitantes já foi embora. Por isso assumem um caráter estritamente local. Na

primeira, os festeiros, apenas juiz e juíza, devem ser cônjuges e, além da missa, o evento compõem-se de uma procissão e um jantar realizado na casa dos festeiros. No segundo festejo, os juízes devem ser pai ou mãe e filhos ou filhas, desde que habitem a mesma casa.

### **A “Festança”, a mídia e o turismo**

O interesse da mídia em relação aos bens culturais populares desempenha um papel ativo no modo como seus próprios produtores e mesmo os órgãos do município e Estado se posicionam. Ele colabora para constituir um bem cultural como um símbolo regional ou nacional e no caso de Vila Bela, a mídia, sobretudo a televisão, representada por jornalistas, mas principalmente fotógrafos, foi responsável pela divulgação da “Festança” tanto no plano regional como nacional. Seu interesse constituiu nos protagonistas culturais da localidade uma viva noção de sua importância histórica e cultural.

Um dos mais antigos registros de realização de registros audiovisuais na cidade está na obra de Bandeira (1988) e de sua influência na imagem própria dos negros. A autora observou entre os negros uma recusa a falar do passado de escravidão, dado que ela encontrou também em documentos antigos como o Mappa Geral da População da Cidade de Matto Grosso sobre Vila Bela elaborado por Luiz D'allincourt.

Em nota de rodapé, a autora apontou que o interesse externo que o Mobral e o Pró-Memória manifestavam - naquele momento gravando audiovisuais de manifestações do chorado e do congo – estava transformando o modo como os protagonistas encaravam seu passado e sua cultura: “tem levado a camada mais jovem da população a redefinir esse comportamento em termos de assumir o passado escravo e a descendência africana”. (BANDEIRA, 1988: 115) A partir daí, em face do interesse externo, representado nesse primeiro momento por jornalistas, os exotismos “africanos” passaram a ser incrementados em suas manifestações nos adereços e qualificativos dessa origem. A bolacha de araruta servida nas rezas virou “africana”. As mulheres passaram a usar roupas na missa que evocavam nas estampas e cores o modo como imaginavam que seriam as roupas africanas ou dos escravos. O turbante foi adotado. A bebida alcóolica usada comumente pelo congo em suas correrias pela cidade recebeu o nome de canjinjim. As fontes para isso foram livros escolares e notícias de Salvador, onde a africanidade já vinha há muito sendo cultivada. Os vestidos das dançarinas do chorado, que elas guardam com todo o carinho, mostram essa transformação. Sempre longos, com mangas e saias rodadas com babados, o vestido mais antigo era amarelo vivo e sem estampa. Em seguida,

apareceram as estampas, como um de coloridas flores miúdas, uma referência mais campestre do que africana. Depois aparecem as estampas de colorido exuberante com estampas geométricas que visam referir os tecidos presentes em África. É interessante que meus interlocutores não têm pudores em proclamar a origem inventada e recente desses caracteres.

Foi a partir daí, em meados da década de 80, durante a gestão de Tito Profeta da Cruz, quando o senhor Elísio Ferreira de Souza esteve como secretário da cultura, que ambos estimularam um grupo a se organizar para promover o “chorado” e o transformou, de uma dança lúdica presente em diversos momentos da sociabilidade local, em uma performance, que é exibida para uma audiência. Também por pressão de jornalistas, assim ele me contou, que insistentemente solicitavam saber a origem da dança, senhor Elísio, considerado o historiador da cidade criou uma história, com base em seus estudos e confrontando com fragmentos da oralidade, para a origem do chorado que remonta a época da escravidão e movimentava controvérsias, pois uma parcela da cidade não acredita em sua versão da história. Mais tarde, em 2001, fundaram também uma associação com estatuto e diretoria, composta exclusivamente de mulheres, cujas transformações na forma de relacionamento entre os membros do grupo têm sido profundas, a se considerar o relato de uma interlocutora.

Essas mudanças transformaram a relação dos negros vilabelenses com a dança. Antes, uma atividade lúdica, presente em todos os momentos festivos, passou a ter a característica de performance, exibida na frente da igreja depois da missa do primeiro dia da festa de São Benedito. Antes, havia participação dos homens, agora somente mulheres e apenas as mais velhas são aceitas. Uma interlocutora me disse o motivo: quando da estruturação do grupo, as moças zombavam de quem dançava chorado, visto como uma coisa ridícula. Então o grupo foi formado com as mais velhas e isso tornou-se uma regra: moças não são admitidas.

A vinda da equipe do Pró-Memória não resistiu, entretanto, na memória. Mais presente é a filmagem do Globo rural que teve como tema Vila Bela e sua cultura. A aura da mídia é tão fascinante, que um personagem local guarda o recibo por serviços prestados a equipe do Globo rural como uma espécie de atestado de sua importância para a cidade.

Foi também por um interesse externo, a vinda em 1993 do carnavalesco Joãozinho Trinta em busca de uma representante de Teresa de Benguela para a Escola de Samba Viradouro, que a localidade teve conhecimento de que uma das personagens negras de maior expressão para o movimento negro era natural de um quilombo, o

Quariterê, situado nas imediações de Vila Bela. Esse posto de representante da líder quilombola no desfile carnavalesco do Rio de Janeiro foi disputado entre as famílias da cidade. A partir daí, foi se construindo uma mística sobre o protagonismo e a beleza da mulher negra e sobre o modo de ser do negro vilabelense como inclusivo de todos os diferentes, já que Teresa de Benguela acolhia no Quariterê, além dos escravos fugidos, índios e caburés (mestiços de índios e negros).

O congo passou por processo semelhante. O relato de um integrante antigo trouxe um dado surpreendente: tradicionalmente os integrantes do congo não eram fixos como hoje. Por isso, talvez, não haja uma regra precisa de adscrição ao grupo, como também não há para o chorado. Para esse último, novas integrantes só são admitidas por convite. Para o congo, as afirmações são diversas. Alguns dizem que é por herança, outros dizem que o membro convida quem ele quiser para substituí-lo. Ouvi ainda que não há o direito de membro sobre o lugar. Assim a formação do grupo do congo com membros fixos é algo recente. Também há associação com diretoria e estatutos para o congo.

Após a constituição do congo e chorado como grupos de performance, eles passaram a ser convidados para exposições em várias cidades do estado e do país, com direito a cachê, viagens e prestígio. Isso tornou a participação nesses grupos prestigiosa e disputada. O congo parece menos sujeito a conflitos, mas não está livre deles. Se o grupo se apresenta sem um dos membros e esse não recebe o cachê então aparece o conflito. Há também outros motivos de divergência, mas eles são mais difíceis de apurar porque os membros são muito reservados em expô-los fora do grupo. A identificação interna é baixa e instável, sobretudo no chorado, no qual a competição entre as mulheres é alta.

E são esses grupos que capturam mais a atenção das pessoas em todas as faixas etárias, mas sobretudo entre os jovens, tanto locais, como aqueles que vem de fora, os turistas e ex-moradores que voltam para rever a família na “Festa”, que dizem, é o natal de Vila Bela, pois é o momento em que as famílias se reencontram.

A indústria do turismo é considerada pelos próprios protagonistas locais como o fator mais atuante nas transformações da festa atualmente. Não há, todavia, controle de entrada de turistas pela secretaria de turismo da cidade. Não tem como saber precisamente quem vem ao evento motivado por seus laços familiares, ou por seu interesse exclusivo nas atividades festivas. Por isso é difícil qualificar essa presença a não ser indiretamente. Os comerciantes afirmam que as vendas crescem significativamente no período da festa. Mas houve um tempo em que era muito maior o afluxo de turistas. O número de pessoas



de fora era tanto, um deles afirmou, que mesmo nas madrugadas o fluxo de pessoas nas ruas não diminuía e mantinha-se como durante o dia. Só de Guajará Mirim, quatro ônibus chegavam para o evento. Em 2015 houve apenas um ônibus dessa localidade. O motivo para a diminuição do afluxo de pessoas foi atribuído a qualidade dos shows nas noites culturais, que apresentavam cantores de expressão nacional e passaram a dar lugar a bandas regionais de menor impacto sobre o público. Isso parece ter uma motivação: incrementar o caráter mais predominantemente religioso da festividade.

A primeira mudança que o evento sofreu e que está registrada na literatura (BANDEIRA, 1988:??), alteração de seu período de setembro para julho, foi motivada, segundo a autora, para facilitar a vinda de turistas e provocada pela intervenção da Prefeitura da cidade. Escolheram o mês de julho por ser um período de férias escolares que facilitaria a vinda de um maior número de pessoas. Hoje existe uma pressão de alguns setores (Prefeitura e pessoas envolvidas nas atividades) para que a festa de São Benedito deixe de ocorrer na segunda e terça e passe para o fim de semana. Mas uma das principais lideranças locais, o presidente da Irmandade de São Benedito, é resistente a essa mudança. Apela inclusive para argumentos sobrenaturais, ligados a hagiografia do santo para se opor a essa alteração. Segundo me contou, no fim de semana São Benedito estava trabalhando na festa do Divino e não poderia, portanto, fazer sua festa. Em nosso diálogo, ele com desdém, disse: “mudar a data da festa por causa dos turistas?”. E fez uma expressão facial de quem achava que não valia a pena priorizar os que não vivem na cidade.

Após esses eventos, que por meios midiáticos levaram o nome de Vila Bela para muito além do Mato Grosso, os registros das especificidades históricas e culturais da primeira capital foram registrados em vários audiovisuais: “Vila Bela de Cores”, de Bárbara Fontes, “A festa do Congo”, de Marcelo Okamura, “Trindade Esquecida” de Marcio Moreira.

### **A patrimonialização eternamente adiada.**

A proteção e salvaguarda do patrimônio imaterial foi garantida pela Constituição de 1988, que em seus artigos 215 e 216 instituiu a existência de duas categorias de patrimônio, material e imaterial e assegura a necessidade de uma política de salvaguarda. A Política Nacional do Patrimônio Imaterial foi estabelecida pelo Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2001 e complementada pela Resolução de nº 1 de 3 de agosto de 2006 fundamentando-se

na noção de bem cultural de natureza imaterial, de caráter tradicional, que expresse a identidade cultural de indivíduos e grupos.

O primeiro Inventário de referências culturais em Vila Bela foi realizado em 2001, portanto, anterior ao decreto mencionado acima. Sob a coordenação de Mario Friedlander, mobilizou as lideranças negras de Vila Bela para realizá-lo, como parte da metodologia desenvolvida pelo IPHAN para que algum bem cultural local seja posteriormente candidato a registro em algum dos Livros do patrimônio imaterial, cujas categorias são: lugares, celebrações, formas de expressão e saberes e ofícios.

O inventário implica o levantamento intensivo nas quatro categorias de bens patrimoniais presentes na localidade e a subsequente escolha de um que se considere mais expressivo da identidade do grupo local para que receba a distinção de patrimônio nacional. O plano de salvaguarda acompanha o registro e implica o aporte de recursos para a proteção, a perpetuação e divulgação daquele bem cultural. É, pode-se dizer, o principal interesse dos protagonistas.

O resultado do inventário de 2001 foi um documento em espiral, não publicado, na qual figuram as fichas com a descrição dos bens associados a “Festaça”, congo, chorado, alvorada, rezas e entrevistas curtas com as pessoas consideradas mais importantes para a conservação da tradição local. Algumas dentre elas, já falecidas, que consideraram na época as principais referências da tradição local. Centenas de copiões, mais de 600 pequenas provas de imagens fotográficas da “Festaça” e as letras das músicas do chorado, do congo e das alvoradas compõem o documento.

No blog do fotógrafo coordenador desse inventário há uma postagem em que imagens de diversas dançarinas do chorado aparecem entre descrições das três versões possíveis para o surgimento do chorado, além de detalhes sobre a apresentação da performance.

Ao final coloca como fonte o inventário do qual foi coordenador. Na capa figura no centro uma imagem do rei do congo e um de seus soldados. No alto se vê “Inventário Nacional de Referências Culturais” e no centro, em letras maiores, vem escrito “Festaça’ de Vila Bela da Santíssima Trindade”. Em letras brancas, um pouco acima, a descrição: Questionário e fichas de identificação: celebrações. Embaixo vem o nome do coordenador e os logos do IPHAN e do Ministério da Cultura. Segue-se após a apresentação da fonte, várias letras de chorados.

Nos comentários, uma das lideranças, que era a presidente do Fórum de Entidades Negras de Vila Bela pronunciou-se nos seguintes termos:

“Estive presidente do Fórum das Entidades Negras de Vila Bela da Santíssima Trindade por quatro anos, e durante este período as entidades se mobilizaram em torno desse projeto “Inventário Nacional de Referências Culturais”. Triste ver agora, pessoas se apoderando do empenho e dedicação do grupo”. (<http://projetoparaleloquinze.blogspot.com.br/2011/05/festanca-de-vila-bela.html>. Acesso em: 13/06/2016)

A réplica do coordenador se fez em janeiro de 2012.

Triste ver pessoas acusando outras sem nenhuma razão, este trabalho sobre a Festa de Vila Bela foi o primeiro trabalho sobre o Patrimônio Imaterial realizado para o IPHAN em Mato Grosso, isso foi em 2001, mas qualquer dúvida é só procurar o IPHAN. (<http://projetoparaleloquinze.blogspot.com.br/2011/05/festanca-de-vila-bela.html>. Acesso em: 13/06/2016)

O teor do diálogo leva a concluir que pairam mal-entendidos sobre os resultados desse inventário. As lideranças não têm conhecimento do que foi que aconteceu que não se procedeu a etapa final do processo, o registro da “Festa” como patrimônio no Livro das celebrações.

Outra questão que está implícita no diálogo é o entendimento da interlocutora de ter havido uma apropriação individual de um trabalho que foi coletivo. Se a comunidade toda participou do levantamento dos dados, é incompreensível para as lideranças negras vilabelenses que apenas uma pessoa possa fazer um uso individual e receber qualquer tipo de benefício com a divulgação dos dados. A autora do comentário entendeu que não havia legitimidade enquanto coordenador do inventário para divulgar aqueles elementos da cultura negra vilabelense em seu blog. Essa evidência indica uma controvérsia a respeito de autoridade e uma forma diferente de compreender a produção do conhecimento. O coordenador se considerou legítimo para dispor dos dados resultantes da pesquisa do inventário sob sua coordenação e sua interlocutora se sentiu expropriada porque tratase de sua cultura e de um trabalho produzido por um coletivo, sem o qual não teria sido possível. Para ela, ele não poderia fazer uso daqueles dados sem a autorização das entidades que representam a comunidade.

Essa foi também uma das objeções que pairaram sobre o resultado do segundo inventário que teve início em 2008. Foi registrado como projeto de pesquisa sob o título “Identificação e documentação do inventário nacional de referências culturais (INRC) de Vila Bela da Santíssima Trindade” com duração de março de 2008 a maio de 2009. Várias pessoas da cidade apareceram como membros do projeto, sob a coordenação de Suze Silva Oliveira, sendo membros também Maria de Lourdes Bandeira e Marlene Gonçalves.

Segundo inúmeros comentários toda a comunidade negra da cidade colaborou com a pesquisa. A coordenadora teve a oportunidade de entrevistar pessoas inclusive na zona rural onde residem alguns membros do congo e pessoas mais antigas que tiveram participação destacada na Festa.

Quando cheguei a Vila Bela em 2013 com uma exposição de imagens e objetos relacionados ao patrimônio imaterial que incluía fotos do congo e do chorado, fomos, minha parceira de trabalho do departamento de história e eu, recebidas com severas cobranças sobre os resultados desse inventário, do qual, de fato, nem sabíamos da existência.

Em 2015 finalmente apareceram notícias do resultado do inventário. Começou a circular na secretaria da cultura do município uma cópia da capa do livro e uma série de conjecturas foram formuladas em função do formato da capa. Os motivos da desconfiança se assentavam sobretudo no fato de que três nomes apareciam como organizadoras e nenhum nome da comunidade figurava ali. Isso deu motivo para a conclusão de que as organizadoras haviam se apropriado dos resultados do inventário para publicar um livro sem autorização da comunidade. Na capa não havia menção sequer a entidade que angariou os recursos e os gerenciou e contratou as pesquisadoras. Na contracapa, havia um agradecimento ao Fórum de entidades negras de Vila Bela, que não era a entidade que de fato as contratou. A impressão era de que haviam esquecido o nome da entidade e pensaram ser o Fórum.

Os recursos para o inventário chegaram através da Secretaria de Estado da Cultura que elaborou convênio com o Instituto Quiloma Congo, uma das organizações locais de Vila Bela e o IPHAN. Nos termos do convênio, uma cláusula previa que os dados eram sigilosos e que seu uso estava restrito ao Instituto Quiloma Congo e que não poderiam ser utilizados sem autorização dos conveniados.

Quando o livro caiu em mãos das lideranças locais, explodiram inúmeros comentários indignados. Além da suspeita de que teriam se apropriado dos dados

para publicar um livro, já que na capa não havia uma indicação de que a obra seja inventário, novas controvérsias surgiram.

Uma parte importante do formato exigido para os inventários é a inserção histórica do local que visa situar a localidade inventariada em um contexto histórico relevante para a região e o país. Entretanto, alguns parágrafos desse histórico faziam menção a fatos delicados da história local. Mencionavam o Ciclo da Poaia quando, segundo narrativas locais, um mandatário local negro teria submetido a trabalho escravo parte dos negros de Vila Bela, incluindo sua própria família.

O registro e divulgação desses fatos dividiu a comunidade. Parte, sobretudo seus familiares, ficaram indignados, e segundo a coordenadora do inventário, teriam exigido a ela que fizesse nova impressão do livro suprimindo aquelas páginas, ao que a editora se recusou, colocando como condição imprimir toda a obra novamente. Outra parte, se sentiu reparada, ao ver registradas na história, as injustiças a que foram submetidos.

As autoras decidiram ir até a cidade e explicar o que teria ocorrido. Com um público de apenas vinte pessoas, justificaram que a publicação foi custeada com recursos conseguidos por sua intervenção junto a Fapemat. Um parecer dessa agência foi exibido como um certificado de qualidade da obra. A autorização para uso dos dados foi validada com a apresentação de um ofício, sem assinatura ou data de recebimento, no qual solicitavam ao IPHAN a autorização para publicação. Todos os argumentos foram aparentemente aceitos e as autoras obtiveram ali a autorização para distribuir a obra. Sobre o IPHAN recaíram todos os ônus da interação malsucedida. O presidente da Irmandade de São Benedito anunciou ali que o órgão do patrimônio estaria impedido de vir a cidade sem a presença do Ministério Público a partir desse momento.

A reunião terminou com fotos sorridentes reunindo todos os presentes, inclusive alguns membros da família que se sentiu ofendida com a publicação e que haviam reclamado da parcialidade das afirmações presentes na obra. Segundo soube mais tarde, a matriarca da família teria pressionado as pessoas em dois sentidos. Alguns havia proibido de estar presente à reunião e a outros pediu para se fazerem presentes e dizer que era tudo mentira o que se afirmava na obra sobre seu pai.

Naquele dia a obra foi distribuída amplamente aos presentes. Mais tarde, começaram os desacordos com outros pontos de seu conteúdo. Primeiro: o chorado foi retratado como uma “roda de cachaceiros”. Segundo: Teresa de Benguela foi

apresentada como uma líder cruel, que punia os traidores com a sentença de serem enterrados vivos, dados registrados na obra, retirados dos Anais de Vila Bela, sem contextualizar que o dito documento foi escrito por membros da Câmara de Vereadores, escravistas de Vila Bela, que poderiam ter inventado esses traços para a rainha quilombola, sua feroz inimiga. Caixas de papelão com vários volumes da obra seriam distribuídos nas escolas, mas as lideranças se perguntavam como explicariam às crianças o comportamento atribuído na obra a Teresa de Benguela.

### **Considerações finais**

A mídia e o turismo, ao lado da política de patrimonialização, têm sido os principais agentes atuantes nas transformações que a Festa e seus bens culturais associados, sofreram nas últimas décadas.

Um conjunto de mudanças foi salientado como resultante desse contato com um olhar externo: o reconhecimento de seus bens culturais como algo valioso, o que tornou as posições tradicionais prestigiosas e alvo de disputas; o congo e o chorado, tradicionalmente formas de sociabilidade, assumiram o caráter de performances, com membros fixos, apresentações para uma audiência e organização em formato de associação com estatuto e diretoria constituídos; o chorado, que antes envolvia homens e mulheres, adotou uma configuração exclusivamente feminina, restrita a mulheres mais velhas. A “Festa”, cujo significado era essencialmente religioso tem assumido gradativamente um sentido de “cultura”, como define Manuela Carneiro da Cunha. (CUNHA, 200?) São essas algumas das questões que o campo tem trazido para a análise antropológica.

### **Referências Bibliográficas**

- BANDEIRA, M. L. Território Negro em Espaço Branco. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CAVALCANTI, M.L.V.C & FONSECA, M.C.L. *Patrimônio Imaterial do Brasil: Legislação e políticas estaduais*. Brasília, 2008. Disponível em [unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf). Acesso: 20/06/2016.
- CUNHA, M. C. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009

